



PEGADAS DE CLASSE NA PAISAGEM

FREDERICO DE HOLANDA

RESUMO

Este texto relata o resultado de um estudo comparativo entre sociedades muito diversas, desde exemplos pré-estatais até uma sociedade contemporânea, no que diz respeito às relações entre estrutura de classes e os padrões espaciais dos respectivos assentamentos. É claro que há muitos traços sociais que não podem ser captados *exclusivamente* por meio da paisagem construída. É menos óbvia, entretanto, a medida em que é realmente possível ler características *estruturais* das formações sociais, que recorrentemente são impressas na paisagem ao longo da história.

A literatura arquitetônica freqüentemente frisa a "arbitrariedade" das formas dos assentamentos humanos, que supostamente "significam" diferentes coisas, em diferentes circunstâncias. Não nego que existem "convenções" arquitetônicas, ou que existe uma "semântica" que qualifica qualquer lugar que as sociedades construam. Entretanto, as possibilidades reais de movimento das pessoas ao longo de barreiras e permeabilidades no chão, impõem fortes limitações àquelas convenções. Diferentes modos de usar e avaliar a cidade por diferentes classes sociais num lugar contemporâneo - Brasília - oferecem interessantes indicações sobre isto.

Por meio de categorias analíticas da Sintaxe Espacial, será mostrado não apenas que "classe" rima com descontinuidade física, espaços cegos e hierarquias sobre o chão, mas também que estes são precisamente os atributos espaciais mais apreciados pelas camadas sociais dominantes.

ABSTRACT

This paper reports on results of a comparative study among very diverse societies, from pre-state cases to a contemporary formation, concerning the relationships between class structure and settlement spatial patterns. It is obvious that there are many social traits that cannot be retrieved *purely* from the built landscape. It is less obvious, though, to what extent it is actually possible to retrieve *structural* characteristics of social formations, which recurrently imprint themselves on the ground along history.

Architectural literature often stresses the "arbitrariness" of settlement forms, which would supposedly "mean" different things, in different circumstances. It will not be denied that there exist architectural "conventions", or that there is a "semantics" which qualifies each and every place societies build. Nevertheless the actual possibilities of movement of people along barriers and permeabilities on the ground impose strong limitations on such conventions. Different ways of using and assessing the city by different social classes in a contemporary setting (Brasilia), offer interesting clues concerning this.

By means of Space Syntax analytic categories, it will be shown not only that "classness" equals physical discontinuities, blind spaces and hierarchies on the ground, but that these are precisely the spatial attributes which are mostly praised by the dominant social layers.



QUE TIPO DE “PERVERSIDADE”?

Há um razoável consenso de que a formação sócio-espacial do Distrito Federal no Brasil, onde Brasília se localiza, é “perversa”, no sentido de que ela impõe fortes custos sociais, particularmente para as faixas de renda mais baixas. Entretanto, há pouca, ou quase nenhuma concordância, quanto ao grau em que tal “perversidade” está relacionada à forma física do lugar. Alguns argumentam que simplesmente encontramos aqui a segregação sócio-espacial característica da sociedade brasileira, que se reproduz não apenas no Distrito Federal, mas em qualquer outro lugar do país (Machado &

Magalhães, 1985). Pouco tentaram discutir as peculiaridades da formação que temos na Capital. Quanto isto foi feito, as conclusões parecem insatisfatórias pela ausência de separação clara, por razões analíticas, entre a) padrões espaciais do lugar, b) sistemas de encontros interpessoais, e c) traços sócio-econômicos mais gerais da população que mora aqui, por meio do que relações pudessem ser estabelecidas entre estes aspectos. Ofereci noutra oportunidade uma descrição detalhada dos padrões espaciais encontrados no Distrito Federal (Holanda, 1997a), que passo a resumir em seguida.

SEPARAÇÃO, ISOLAMENTO, ESPAÇOS CEGOS

a) *separação*: grande quantidade de espaços abertos entre os trechos construídos do assentamento;

b) *isolamento*: relações interior das edificações / espaço público *indiretas*, “amortecidas” por meio de quaisquer artifícios;

c) *espaços cegos*: trechos de espaços urbanos para os quais *nenhuma* porta dos edifícios se abre.

Considere-se os atributos espaciais que encontramos na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (Fig. 1): a) o lugar é globalmente constituído como uma “península mórfica”, ligada

ao resto do Plano Piloto, que por sua vez encontra-se fortemente separado do resto da formação espacial do Distrito Federal; b) todos os edifícios constituem unidades isoladas - não há um só exemplo de agregação das unidades construídas entre si; c) a Esplanada está construída sobre um platô artificial, cinco metros acima do nível do terreno natural; d) a quantidade de espaço aberto em muito ultrapassa o espaço ocupado pelas edificações, o que implica uma enorme permeabilidade quanto ao movimento através do espaço em todas as direções; e) há uma grande proliferação de paredes cegas que, juntamente com outros atributos antes referidos,



geram um grande número de espaços cegos; f) obtém-se um forte isolamento entre o interior das edificações e os espaços abertos exteriores, por meio de diversos artifícios “amortecedores”, como rampas, passarelas, túneis, espelhos d’água. Noutra oportunidade caracterizei estes traços como constituindo o “paradigma da formalidade”, em oposição ao “paradigma da urbanidade”, constituído por atributos como continuidade, relação direta entre interior e exterior, espaços públicos intensamente “alimentados” por portas das edificações etc. (para uma descrição mais detalhada ver Holanda, 1997a).



Fig. 1. Esplanada dos Ministérios, Brasília

Mutatis mutandis, os atributos sintáticos encontrados na Esplanada dos Ministérios são praticamente os mesmos que predominantemente encontramos por todo o Plano Piloto, alguns dos quais até mais explicitamente realizados, como a grande superfície de espaços abertos entre os edifícios, que é maior nas superquadras residenciais do que na Esplanada. Além disso, estes não são apenas atributos *locais* de áreas

específicas, mas também atributos *globais* do Distrito Federal, particularmente no que concerne à “terra de ninguém” que separa, tanto o núcleo central - i.e. o Plano Piloto - da periferia, quanto as demais cidades do DF entre si (não é mais “politicamente correto” chamá-las de “satélites”...). Entretanto, é preciso notar que há bocados “não-conformes” que contradizem o trio morfológico referido acima, de fato enclaves “urbanos” que foram se constituindo ao longo dos anos, e que têm mudado significativamente o caráter do Plano Piloto desde o início de sua implantação.

Mas a questão é: quais as implicações sociais destes padrões, para aqueles que vivem aqui ou que eventualmente visitam a cidade? Essas implicações variam em função da classe social? Esses padrões espaciais implicam uma peculiar estruturação social? Com base no estudo aqui relatado (Holanda, 1997b), cheguei à conclusão de que, para entender tal realidade contemporânea, muito ganhamos em olhar para a história mais a longo termo. Irei referir o leitor apenas a algumas das descobertas deste estudo, mais especificamente às co-variações observadas entre uma certa manifestação de padrões espaciais e a maneira pela qual relações se estabelecem entre as várias categorias de pessoas que as habitam. Os padrões espaciais aos quais estou me referindo constituem novamente uma história de separações, isolamento e espaços cegos, em todos os casos, com algumas variações pouco significativas.

COM A AJUDA DA HISTÓRIA

Consideremos primeiro os Centros Cerimoniais dos Maias Clássicos, que se desenvolveram do século I ao VIII AC (Fig. 2). Os assentamentos eram constituídos por unidades isoladas, templos encarapitados no alto de pirâmides, “palácios” construídos sobre plataformas artificiais bem acima do nível do terreno natural, “praças” que são simplesmente definidas pelas escadarias das pirâmides ou por taludes (e não por edifícios com entradas conectando diretamente o exterior ao interior dos edifícios), complexos residenciais também construídos sobre plataformas, embora num nível mais baixo e dispersos por uma grande área etc. Socialmente, temos uma sociedade com níveis fortemente isolados entre si: por um lado, agricultores trabalhando o campo; por outro lado, uma elite vivendo nos centros, dedicada em tempo integral ao conhecimento especializado do calendário, da escrita, das artes, das atividades religiosas. É verdade que havia participação dos rurícolas nas atividades dos centros, mas somente por intermédio de um sistema religioso fortemente hierarquizado, e durante cujas atividades havia uma transformação do trabalhador rural num agente exclusivamente “simbólico”, ou seja, que não participava de atividades econômicas. A diferenciação entre o homem comum e a elite se reproduzia no âmbito doméstico: as clivagens entre gêneros eram profundas, da participação nas cerimônias religiosas, até atitudes nos hábitos familiares cotidianos. Segundo Hillier & Hanson

(1984), testemunhamos aqui fortes *diferenciações classe*, pelas quais formas de *solidariedade social* radicalmente distintas opunham, numa instância inferior, homens a mulheres, e numa instância superior, o homem comum e a elite.



Fig. 2. Tkal.

Os Zulus da África do Sul constituem um outro capítulo da mesma história. Os *kraals* dos Zulus são estruturas isoladas espalhadas pela paisagem (Fig. 3). A separação aqui é ainda mais completa do que entre os Maias, pois não há o menor vestígio de qualquer aglomeração entre as unidades construídas, mesmo que fosse para formar espaços cegos semelhantes àqueles entre as pirâmides. *Kraals* multiplicam-se isoladamente pelo país inteiro, variando somente quanto ao tamanho e quanto às práticas sociais envolvidas, de acordo com o nível da hierarquia social ao qual pertencem. Na escala do próprio *kraal*, a separação se repete, agora entre as várias esposas do chefe, que trabalham, cozinham e



comem separadamente. Socialmente, a clivagem é até mais rigorosa do que entre os Maias, embora relacionada a diferentes práticas sociais. Entretanto tais práticas ainda pertencem ao nível super-estrutural da ordem social: se antes tínhamos a religião como o artifício para a estruturação, agora temos o treinamento militar. De fato, de tal maneira forte é a clivagem, que os homens adultos Zulus são quase que exclusivamente “seres super-estruturais”: eles se dedicam em tempo integral à guerra e à política, e a produção material fica nas mãos das mulheres, dos homens jovens, e dos homens idosos. Vale a pena notar um peculiar atributo dos homens adultos, que também encontraremos na França Feudal, como veremos: sua *transpacialidade*, pela qual eles habitam não apenas diferentes *kraals* ao longo de sua vida, mas também diferentes abrigos dentro do *kraal* familiar, em rotatividade entre os abrigos das várias esposas, contrasta fortemente com a espacialidade fixa das mulheres, fortemente separadas entre si por vários artifícios, tanto espaciais quanto sociais.



Fig. 3. *Kraal* Zulu

Finalmente, na França Feudal, testemunhamos talvez uma das classes dominantes mais transpaciais e “simbólicas”

encontradas ao longo da história. Os aristocratas habitavam os castelos, lugares especializados para cerimônias e treinamento militar, sede da justiça, e fonte de toda autoridade visível (Fig. 4). Eles constituíram um dos três níveis da sociedade francesa da época, os outros dois sendo “aqueles que rezavam” e “aqueles que trabalhavam”. Os últimos dois habitavam os monastérios, por um lado, e as vilas e cidades, por outro. Como “aqueles que rezavam” eram também de origem nobre, a evidente clivagem na sociedade feudal era entre os nobres, habitando as estruturas isolada dos castelos e monastérios, e “aqueles que trabalhavam” – isto é, camponeses e burgueses – habitando as vilas e as cidades. A impermeabilidade da classe nobre trazia consigo o fato de que eles se faziam cavaleiros apenas por meio de privilégio hereditário, assim como o fato de que eles eram uma classe especializada de guerreiros, nada tendo a ver com a produção material da sociedade que, quando de alguma maneira relacionada com eles, era delegada a administradores intermediários. Esta classe peripatética por excelência, vivia sua vida de castelo em castelo, os seus próprios ou aqueles de parentes ou aliados, nos quais treinamento e torneios aconteciam.

Apesar da variação empírica das práticas sociais levadas a efeito pelos respectivos segmentos sociais das sociedades examinadas nos três estudos de caso relatados acima, temos a mesma história de impermeabilidade entre classes sociais, juntamente com isolamento físico. A recorrência verificada sugere que o trio

morfológico antes comentado – separação, isolamento e espaços cegos – tem a ver historicamente com formações nas quais encontramos grandes diferenciais nas formas de solidariedade social, que vem junto com fortes diferenciais no acesso ao conhecimento e ao poder. Por sua vez, outros estudos de caso não relatados aqui (ver Holanda 1997b) reforçam a idéia de que o contrário também se aplica: menor isolamento físico geralmente vem junto com barreiras mais fracas entre níveis sociais, pelo que há não apenas uma maior rotatividade entre papéis relacionados aos vários tipos de práticas sociais (infra- ou superestruturais), mas também uma maior partilha no poder.



Fig. 4. Castelo de Coucy, 1225-30 DC. Reconstrução segundo Tuulsee.

O ponto central: é possível estabelecer relações entre os atributos de classe verificados nos casos comentados, e uma situação contemporânea como aquela encontrada em Brasília? Existem lições éticas que podemos aprender do passado, e usar em nossa ação numa realidade complexa como a da capital brasileira? Na procura por uma resposta, comentarei os resultados de uma pesquisa realizada no Distrito Federal, pelos quais procuramos caracterizar os atributos de classe, incluindo o modo pelo qual as pessoas usam e avaliam a cidade.

ESFERAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Levamos a efeito uma pesquisa com pessoas vivendo em diferentes locais e pertencendo a diferentes estratos sociais (297 entrevistas domiciliares foram feitas, em cinco distintas áreas residenciais). Nossa pesquisa permitiu a identificação de diferentes estilos de vida, por meio de sistemas de encontros

interpessoais variados que existem no espectro social estudado. Isto foi feito basicamente por meio de dois tipos diferentes de informações: a) o tipo de lugares que são utilizados no tempo livre, em função da classe social e do nível de renda, e b) a categoria de pessoas que constituem os



grupos de amigos (Tabelas 1 e 2). Seguem-se alguns comentários sobre os resultados obtidos.

Tabela 1. Uso dos lugares, por classe e faixa de renda.

TIPO DE LOCAL	REND A: ATÉ 5 SALÁRIOS MÍNIMOS		REND A: ACIMA DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	
	TRAB MANUAIS	CLASSE MÉDIA	TRAB MANUAIS	CLASSE MÉDIA
Própria residência	60.0	45.5	60.0	47.2
Outras residências	20.0	13.6	20.0	24.5
Espaço público	5.7	18.2	40.0	23.6
Acesso irrestrito (freq)	-	22.7	6.7	16.0
Acesso irrestrito (reg)	17.1	27.3	6.7	27.4
Acesso restrito (freq)	2.9	4.5	13.3	14.2
Acesso restrito (reg)	5.7	22.7	26.7	20.8
Lazer na vizinhança	79.4	45.5	66.7	29.2
Lazer fora da vizinhança	11.8	31.8	20.0	49.1

Tabela 2. Círculo de convívio, por classe e faixa de renda.

CIRCULO DE CONV.	REND A: ATÉ 5 SALÁRIOS MÍNIMOS		ACIMA DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	
	TRAB MANUAIS	CLASSE MÉDIA	TRAB MANUAIS	CLASSE MÉDIA
Parentes	42.9	27.3	26.7	36.8
Vizinhos	31.4	18.2	33.3	10.4
Colegas de trabalho	5.7	22.7	20.0	24.5
Colegas de estudo	2.9	4.5	-	8.8
Grupo: mesmas pessoas	73.5	45.5	60.0	56.6
Grupo: novas pessoas	26.5	54.5	40.0	43.4

Sistemas de encontros *dentro* das mesmas classes apresentam, é claro, algumas variações, de acordo com o nível de renda, mas as invariâncias são muito mais significativas. Isto desmitifica algumas observações tradicionais no que diz respeito ao comportamento dos segmentos mais pobres da população como sendo determinados essencialmente por seu

poder aquisitivo: alguns hábitos fundamentais são mantidos, dentro da mesma classe, mesmo quando os níveis de renda crescem significativamente.

Os trabalhadores manuais usam sua própria casa muito mais do que a classe média. O mesmo acontece com o uso do espaço público,



muito mais intenso entre os trabalhadores manuais do que entre a classe média, mas aqui uma qualificação interessante é necessária. Entre os trabalhadores manuais há uma grande diferença de citações de acordo com o nível de renda: de 5.7% para 40.0%, respectivamente. Pode ser que o uso diário e casual do espaço público, ele próprio, apresente diferentes modalidades. É possível que tenha havido poucas declarações de uso do espaço público no tempo livre, no primeiro caso, porque a presença de pessoas nas ruas tem mais a ver com as providências rotineiras da vida cotidiana, do que com a realização de encontros por si próprios. No mínimo, tem a ver com lazer de tal maneira imbricado com providências rotineiras, a ponto de não ser identificado com lazer propriamente dito.

A frequência a lugares de acesso irrestrito fechados (danceterias, restaurantes, boates, cinemas, teatros etc.) é também interessante: há muito mais citações na classe média do que na dos trabalhadores manuais: respectivamente

22.7% e 16.0%, para as duas faixas de renda, na primeira, contra 0.0% e 6.7%, na segunda.

Passemos agora ao círculo de convívio (*Tabela 2*). A relação com os parentes não discrimina as duas classes sociais com clareza, mas a relação com os vizinhos sem dúvida o faz: os trabalhadores manuais os citam em pouco mais de 30% dos casos para ambas as faixas de renda, enquanto a classe média o faz em 18.2% para a primeira faixa e apenas em 10.4% para a segunda, marcando claramente a sua tendência às relações transpaciais. A relação com colegas de trabalho também diferencia as duas classes, no sentido de que, independentemente da renda, essa relação é alta para a classe média, mas ela só será alta para os trabalhadores manuais se a renda também for alta. Isto também sugere o primado das relações transpaciais para a classe média, independentemente da renda. No caso dos colegas de estudo, essa consistência se repete, ainda que em números menos significativos: nas duas faixas de renda as citações dos trabalhadores manuais são claramente inferiores às citações da classe média.

UNANIMIDADE, *MA NON TROPPO*

Contra a popularizada avaliação crítica de Brasília, pela qual ninguém gostaria da cidade pela “ausência de esquinas” (por exemplo Holston, 1993), certamente esta não é a visão estatisticamente dominante dos habitantes – e isto não significa dizer que o anseio por maior urbanidade desapareceu completamente. Um

resumo destes resultados está a seguir (para dados mais completos, ver Holanda, 1997b).

Primeiro, em termos de avaliação global da cidade, estamos diante de uma clara “hegemonia apologética”: morar no Distrito Federal é considerado “bom” ou “ótimo”, majoritariamente, em todas as classes sociais e/ou faixas de renda



(Tabela 3). Segundo, este “paraíso da classe média”, como é freqüentemente referido, é ainda mais elogiado pelos trabalhadores manuais do

que pela classe média (na última, a aprovação cresce significativamente quando também cresce o nível de renda).

Tabela 3. Avaliação da cidade, por classe social e faixa de renda.

AVALIAÇÃO	REND A: ATÉ 5 SALÁRIOS MÍNIMOS		REND A: ACIMA DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	
	TRAB MANUAIS	CLASSE MÉDIA	TRAB MANUAIS	CLASSE MÉDIA
Péssimo + ruim	-	9.5	6.6	1.0
Bom + ótimo	97.1	66.7	93.4	83.7

Agora, neste tipo de investigação, é sempre difícil distinguir razões espaciais de razões não-espaciais relacionadas à avaliação, como alguns autores corretamente já apontaram (e.g. Marques & Loureiro, 1998). Talvez uma maneira de superar esta dificuldade seja pedir as pessoas para identificar os *problemas* e as *qualidades* dos lugares em questão. Desta forma, e apesar da “hegemonia apologética”, diferentes pontos de vista sobre a cidade se revelam. Primeiro consideremos a identificação de problemas, como apontados pelos entrevistados.

Nas entrevistas, não especificamos o *tipo* de problemas aos quais estávamos nos referindo: as pessoas eram completamente livres para apontar qualquer tipo de problema que elas acreditassem que valia a pena indicar. Assim, é importante que, para ambas as classes, os dois problemas principais sejam de natureza urbanística: “transporte” e “má acessibilidade”

ocupam os dois primeiros lugares na lista, para ambas as classes - a única diferença é que eles trocam de lugar, em função da classe (Tabelas 4 e 5). O transporte público é considerado “ruim” ou “muito ruim” por 35.5% das pessoas que o utilizam, e “periodicidade”, “conforto” e “custo” (as mais altas tarifas no país) constituem as principais razões para tal avaliação negativa. O discurso social assim confirma o diagnóstico do discurso técnico, pelo qual se apontou que temos, em Brasília, um índice de 1.0 passageiro/quilômetro de linhas de ônibus, enquanto em outras cidades brasileiras de tamanho semelhante, essa razão pula para 2.6 (CODEPLAN/SEPLAN/GDF, 1991). Tal problema é estruturalmente relacionado ao uso do solo em Brasília: com suas baixas densidades, descontinuidades do tecido urbano, e zoneamento especializado, não existe solução de transporte público viável economicamente.



Tabela 4. Principais problemas e qualidades da cidade para a classe média.

PROBLEMAS	CITAÇÕES (%)	QUALIDADES	CITAÇÕES (%)
Má acessibilidade	18.6	Disponibilidade de serviços	15.3
Transportes	9.3	Tranquilidade	13.1
Clima	8.5	Paisagismo	11.7
Segurança	7.8	Amplidão dos espaços	9.5
Disponibilidade de lazer	7.8	Boa acessibilidade	7.3

Tabela 5. Principais problemas e qualidades da cidade para os trabalhadores manuais.

PROBLEMAS	CITAÇÕES (%)	QUALIDADES	CITAÇÕES (%)
Transporte	16.7	Disponibilidade de empregos	25.0
Má acessibilidade	14.3	Tranquilidade	15.0
Disponibilidade de lazer	14.3	Sociabilidade	10.0
Segurança	11.9	Clima	10.0
Custo de vida	9.5	Disponibilidade de serviços	7.5

Especificamente do ponto de vista dos trabalhadores manuais, o “custo de vida” está entre os cinco problemas mais importantes. Embora de uma maneira mais indireta, também aqui encontramos relações com a ordem espacial da cidade. Os preços da terra em Brasília são duas a três vezes mais caros quando comparados a áreas de status social similar em outras cidades brasileiras. Tais preços são em grande medida o resultado da “renda de monopólio” (Gonzales,

1985) determinada pela relativamente pequena disponibilidade de terra disponível nas vizinhanças das áreas mais privilegiadas em termos de disponibilidade de empregos e serviços. Isto é tipicamente o que ocorre no Plano Piloto, em seu isolamento em relação às cidades satélites. E isto, conseqüentemente, implica altos custos de espaço construído, que por sua vez implica altos custos dos serviços que este abriga.

Quanto às qualidades, os aspectos que foram citados nas entrevistas ilustram melhor os diferentes pontos de vista sobre a cidade. Para os trabalhadores manuais, confirmei em grande medida as conclusões chegadas por Machado & Magalhães (1985): exceto pela “tranquilidade”, que está de certa maneira vinculada à ordem espacial, as principais qualidades estão

relacionadas a “oportunidades de vida”, como “empregos”, “serviços”, “sociabilidade”, não ao urbanismo da cidade. Para a classe média, entretanto, o quadro muda de figura, pois os atributos peculiares do espaço urbano de Brasília são explicitamente levantados: “paisagismo”, “amplidão dos espaços”, “boa acessibilidade” (para aquela parte da população motorizada, é



claro). Há um aparente paradoxo aqui, pois aqueles que elogiam os espaços abertos são exatamente aqueles que menos os utilizam, como já vimos. Acontece que em Brasília, como em qualquer outro lugar, o “uso” que a classe média faz dos espaços abertos é essencialmente expressivo (ela os aprecia visualmente), e não instrumental (ela não se faz presente neles). Vastos espaços vazios constituem o outro lado da moeda de um estilo de vida essencialmente transpacial. Além disso, há uma importante implicação ética aqui: embora um trabalho mais sistemático seja ainda necessário neste aspecto,

parece razoável lançar a hipótese de que aqueles que habitam os espaços mais generosos da cidade são exatamente aqueles que menos pagam por eles: mesmo considerando os altos níveis de renda encontrados no Plano Piloto e sua vizinhança imediata, é virtualmente impossível para seus habitantes pagar pelos custos reais do funcionamento da infra-estrutura destes lugares, cuja manutenção é, portanto, fortemente subsidiada pelo estado. Deparamo-nos aqui com uma contribuição específica do urbanismo de Brasília para a conhecida e perversa concentração de renda da sociedade brasileira.

SEPARAÇÃO, ISOLAMENTO E ESPAÇOS CEGOS – VELHOS E NOVOS

Algumas conjecturas podem ser feitas a partir deste material. As recorrências observadas nos estudos históricos de mais longo termo apontam para uma combinação entre o trio morfológico comentado acima e fortes clivagens sociais. Não há apenas claras diferenças nas formas de solidariedade social nestas sociedades, mas os grupos que correspondem a estas solidariedades são, tanto espacial como socialmente, fortemente isolados entre si. A aproximação das classes sociais em todos estes casos é mais uma questão de *representação* – como as que acontecem em situações ritualizadas de qualquer tipo – do que de *realização*. Não há aqui qualquer versão de *determinismo*: basta observar que as combinações recorrentes entre isolamento físico e social, em sociedades tão separadas no tempo e no espaço, sugerem que

deve haver alguma lógica nisto, que essas separações devem ser parte de um mesmo fenômeno, i.e. um certo tipo de sociedade. Nossos estudos constatam que estas sociedades tendem muito mais a desigualdades do que a igualdades. Assim sendo, separação espacial, isolamento e espaços cegos, são *constituintes* de tais desigualdades.

Poderíamos ficar por aqui, e dizer que, se isto foi tão recorrente e consistente no passado, deve se aplicar também aos tempos atuais. Sem dúvida este seria um forte argumento, mas talvez não devamos colocar uma carga tão pesada nos ombros da História. Evidência específica deve ser procurada no que diz respeito a uma realidade contemporânea como Brasília. Argumentei noutra ocasião que, globalmente, i.e. considerado como



elemento da formação social brasileira, a Capital é um artifício constituinte de um estado autoritário e impermeável (Holanda, 1997b, particularmente Cap. 6). Localmente, entretanto, o quadro não é tão claro quanto aqueles encontrados nos estudos de caso resumidos acima.

Mostrei como, aqui como nos outros casos, a classe média desenvolve um sistema de encontros transpaciais, e os trabalhadores manuais são mais fortemente baseados no espaço. Por esta razão, os problemas de Brasília, assim como suas qualidades, são caracterizados diferentemente por aquelas classes sociais. Mas não temos aqui a clara dualidade *fixação/mobilidade* que encontramos nos demais estudos de caso, seja porque os trabalhadores manuais também desenvolvem relações transpaciais em alguma medida, seja porque eles dispõem de uma relativa mobilidade, que supera até certo ponto as restrições impostas por nosso trio morfológico, mobilidade impensável no caso de um agricultor Maia, por exemplo. Nesta linha de pensamento, poder-se-ia argumentar que as restrições à mobilidade dos trabalhadores manuais são circunstanciais, e que o aumento de sua mobilidade é uma questão de tempo, e, assim, pelo menos aquelas desigualdades que estão relacionadas à configuração espacial tenderiam a desaparecer.

No mesmo sentido, se as barreiras físicas podem ser facilmente superadas hoje, talvez elas não carreguem consigo as mesmas implicações sociais que possuíam no passado. Isto poderia

levar à conclusão de que a necessidade por proximidade espacial, ou, mais amplamente, por aqueles atributos que constituem o paradigma da urbanidade, é coisa do passado. Este é o ponto de vista de gente como Webber (1964), para quem faz tempo que entramos na era do “domínio urbano i-local”. Mais ainda seria este planeta nos tempos da Internet.

Entretanto, há um acúmulo de evidências sugerindo que as coisas não são bem assim. Para citar apenas alguns exemplos, Sennett (1974) identificou a peculiar patologia da sociedade contemporânea como as “tirantias da intimidade”, pela qual a vida pública morre junto com o espaço público. Com isto, a política da cidade some da vista, favorecendo a reprodução das atuais relações – e desigualdades – de classe. Mais recentemente, Dewey (1997) ofereceu evidência de que os direitos de cidadania estão sendo enfraquecidos pelo modo de vida “ciburbanístico” – e aqui ele está fazendo um trocadilho com “subúrbio” e “cibernética”.

Certamente é preciso evidência empírica mais rigorosa para avançarmos na compreensão do nosso problema. Entretanto, tanto as informações históricas quanto contemporâneas, apoiam a conjectura de que o trio morfológico sugerido neste texto constitui uma parte *intrínseca* não apenas da existência de profundas clivagens sociais, como também de uma estratégia para seu mascaramento e reprodução. Ironicamente, relações de classe deixam seu rastro no mais importante de todos os artefatos: os



assentamentos humanos que construímos sobre o paisagem.
chão. Inconfundíveis pegadas de classe na

Nota:

Uma primeira versão deste texto apareceu, em inglês, em:

HOLANDA, Frederico de. "Class footprints in the landscape", *Space Syntax - II International Symposium – Proceedings*. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 1999, pp. 6.1 – 6.9.

Uma segunda versão, também em inglês, foi publicada em:

HOLANDA, Frederico de. "Class footprints in the landscape", *Urban Design International* (2000), 5, pp. 189-198.